

Inédito: Presidente visita o Congresso

O presidente José Sarney irá hoje, logo após almoço no Itamarati, visitar os presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal. Será a primeira vez, na história da República, que um presidente visita por cortesia os demais poderes institucionais.

A informação é do cerimonial do Palácio do Planalto, que não tem registro em seus livros de uma visita desta natureza. E certo que ano passado o presidente Figueiredo esteve na Câmara, mas presenciou o lançamento de um livro em memória de seu pai, o general Euclides Figueiredo. Até esta visita de Sarney os presi-

dentos costumavam ir ao Congresso Nacional apenas para tomar posse do cargo, para apresentar seus programas de governo, ou quando convidados formalmente para alguma solenidade.

O Presidente vai à Câmara dos Deputados, às 16 horas, e ao Senado Federal, às 16h30min. de onde segue a pé pela Praça dos Três Poderes, até o Supremo Tribunal Federal, sendo recebido à porta pelo ministro Moreira Alves. Em seguida a esta visita, que se realiza às 17 horas, Sarney volta ao Palácio do Planalto para receber o ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário.

Visita deixa Arinos feliz

RUY FABIANO
Da Editoria de Política

É um fato auspicioso. Em mais de 20 anos de atividade parlamentar, jamais tive oportunidade de receber um presidente da República em visitas não protocolares. E mais que uma manifestação de intenções. É um gesto concreto, que demonstra a força política do presidente José Sarney”.

A avaliação, em tom eufórico, é do ex-ministro e ex-senador Afonso Arinos, parlamentarista histórico, ao tomar conhecimento da visita que fará hoje ao Congresso o presidente José Sarney. Não há pretextos ou exigências protocolares. Trata-se de visita de cunho nitidamente político, uma demonstração de apreço pelo Congresso Nacional. “É uma demonstração de solidez política”, repete Arinos. E explica: “Um Congresso forte é pré-condição para uma democracia estável. E uma democracia estável é a maior garantia de estabilidade para o Executivo”.

A euforia de Afonso Arinos — estudioso da História do Brasil — não é imprecendente. As relações do presidencialismo brasileiro com o Congresso Nacional, historicamente, jamais chegaram a ser exemplares. O primeiro ciclo da República Velha (não confundir com a Velha República, dos generais pós-64) — do marechal Deodoro da Fonseca à Revolução de 1930 —, o Congresso não passava de um cartório de luxo do Poder Executivo. Homologava-lhe as decisões, às vezes fazia barulho, mas jamais era reverenciado pelo presidente. Quando incomodava muito, era fechado.

O ciclo de Vargas — de 1930 a 1945 — não mudou muito esse quadro. Ao contrário: de 1937 a 1945 — durante as trevas do Estado Novo — o Congresso simplesmente não funcionou. De 1946 a 1964, um rápido interregno de democracia. Mas, nem por isso, as relações do presidencialismo com o Congresso tornaram-se afetuosas. Houve, é verdade, o curto período parlamentarista. O poder, teoricamente, estava no Congresso.

Mas, nem assim, o presidente o visitou. Os parlamentares subiam a rampa do Planalto, mas o inquilino de lá não subia a rampa do Congresso.

O primeiro general-presidente, Castello Branco, ao contrário de seus sucessores de farda, ainda dedicava alguma atenção aos parlamentares. Visitava-os em casa, telefonava com frequência. Mas ao Congresso só foi uma única vez: no final de seu Governo. Agradeceu os apoios recebidos e, obviamente, evitou tratar os mandatos que cassou. Ele podia até levar a sério o Congresso, mas o regime que expressava nutria notório desprezo pelos políticos. Castello não podia, pois, violar a índole do poder que encarnava.

Seus sucessores não tiveram sequer essas veleidades. Costa e Silva não só jamais visitou o Congresso — a não ser na cerimônia protocolar de sua posse —, como mandou fechá-lo e editou o AI-5. Emílio Médici reabriu o Congresso, tomou posse e, em seguida, fechou mais ainda o regime. Geisel — embora iniciador da abertura política — tratou com desdém a instituição, fechando-a em 1977, para editar o Pacote de Abril. Figueiredo esteve no Congresso em duas ocasiões: para tomar posse, em 1979, e para prestigiar o lançamento de um livro sobre a atuação parlamentar de seu pai, general Euclides Figueiredo, constituinte em 1946. Jamais prestigiou a instituição ao ponto de visitá-la. E jamais escondeu o desprezo que nutria pelos políticos.

Sarney, parlamentar experiente, subverte a tradição do presidencialismo brasileiro. E abre perspectivas novas para relações habitualmente tortuosas entre os dois poderes. Nada mal para uma República que se pretende nova e que promete governar em sintonia com o País real. E, sem dúvida, um bom começo. No Rio, Afonso Arinos repete: “É um fato auspicioso”.

CONJUNTO BRAZIL

23 MAI 1985